

O preço da floresta em pé

N neomundo.org.br/meio-ambiente/o-preco-da-floresta-em-pe

[Carbono](#) [Destques](#) [Economia e Negócios](#) [Emergência Climática](#) [Meio Ambiente](#) [Política](#)
[Saúde](#) [Segurança](#) [Sustentabilidade](#)

Escrito por | 27 de março de 2026



Floresta Nacional do Bom Futuro: ministra Marina Silva, representantes do povo Karitiana e autoridades do setor ambiental e financeiro celebram a batida do martelo na B3, em São Paulo, durante o primeiro leilão federal de concessão florestal para restauração - Foto: Momento da batida do martelo após leilão na B3, em São Paulo — Foto: Fernando Donasci/MMA

POR - OSCAR LOPES, PUBLISHER DO NEO MONDO

Como o Brasil transformou uma Unidade de Conservação federal em ativo financeiro — e o que isso revela sobre os limites e as apostas do mercado de carbono

Na quarta-feira, 25 de março de 2026, o martelo bateu no pregão da B3 em São Paulo e a Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia, deixou de ser apenas um nome no mapa de unidades de conservação federais para se tornar o primeiro ativo florestal concedido pelo governo brasileiro com base na geração de créditos de carbono. A vencedora foi a [Re.green](#), empresa especializada em restauração ecológica fundada em 2021 e cofundada pelo cineasta João Moreira Salles, com Armínio Fraga — ex-presidente do Banco Central — em seu conselho e o executivo Marcelo Medeiros, da Lanx Capital, à frente da operação. A empresa terá o direito de gerir uma área de 59 mil hectares por um período de 40 anos. O valor estimado do investimento é de R\$ 86,7 milhões.

O certame foi conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pelo Serviço Florestal Brasileiro, com modelo estruturado pelo BNDES. A iniciativa prevê a restauração de 6.290 hectares de áreas degradadas, com foco na recomposição das funções ecológicas, conservação da biodiversidade e contribuição para o enfrentamento da mudança do clima. A Flona de Bom Futuro possui cerca de 90 mil hectares no total e ficou conhecida, ao longo das últimas décadas, por altos índices de desmatamento e ocupações irregulares — uma biografia que, agora, é o próprio fundamento do negócio: quanto maior a degradação acumulada, maior o potencial de sequestro de carbono e, portanto, maior o estoque de créditos a ser gerado e comercializado.

A principal fonte de receita será a comercialização de créditos de carbono, com estimativa de geração superior a 1,3 milhão de toneladas de CO₂ equivalente ao longo dos 40 anos de contrato. A lógica é precisa: a concessionária restaura ativamente cerca de 6 mil hectares, gerencia outros 34 mil de floresta em pé e monetiza o carbono sequestrado no mercado voluntário internacional, sobretudo junto a empresas europeias que buscam compensar emissões antes que as multas regulatórias da União Europeia se tornem insuportáveis. O modelo oferece segurança jurídica aos investidores, uma vez que a titularidade da terra permanece com a União, sendo concedido apenas o direito de uso sustentável e a exploração de ativos ambientais e produtos florestais de espécies nativas.

O arranjo é inédito na história das concessões florestais brasileiras, que desde 2006 operaram sob a lógica do manejo madeireiro sustentável. Aqui, a fonte de receita principal não é a extração de nenhuma tábora ou mogno — é a floresta que cresce, respira e absorve. Em tese, inverte-se a gramática extrativista que estruturou a relação do capital com a Amazônia por cinco séculos.

Mas a batida do martelo também revelou fissuras. O leilão tinha dois lotes: o primeiro, de 39,27 mil hectares, não atraiu nenhum interessado. O segundo, de 59 mil hectares, recebeu proposta apenas da Re.green. A ausência de concorrência, segundo executivos de empresas que avaliaram o edital, reflete menos ceticismo sobre o mercado de carbono do que sobre a modelagem do contrato. A modelagem da concessão incomodou as empresas, que consideraram que o governo transferiu grande parte dos riscos do negócio para a iniciativa privada. Um dos pontos mais contestados foi o aporte inicial obrigatório de cerca de R\$ 18

milhões por lote, combinado com a ausência de qualquer garantia de receita com a venda dos créditos. O mercado voluntário de carbono — diferente de mercados regulados como o EU ETS — opera sem preço de reserva. Uma tonelada de CO₂ equivalente pode valer seis dólares ou trinta, a depender da qualidade do projeto, da certificadora envolvida e do humor de compradores institucionais. O Serviço Florestal Brasileiro e o BNDES vão precisar remodelar o edital para viabilizar a concessão do primeiro lote, e algumas obrigações poderão ser flexibilizadas.

A Re.green não é uma empresa sem reputação para suportar essa aposta. Em novembro de 2025, a empresa conquistou o Earthshot Prize, um dos mais prestigiados reconhecimentos ambientais do mundo, na categoria "Proteger e Recuperar a Natureza", pela restauração de áreas desmatadas em larga escala e geração de créditos de carbono. Segundo o CEO Thiago Picolo, a empresa mantém cerca de 37 mil hectares em recuperação ou já recuperados nos estados da Bahia, Pará, Maranhão e Mato Grosso. A metodologia de restauração adotada é ancorada em pesquisa do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Esalq-USP, coordenado pelo professor Ricardo Ribeiro Rodrigues: os resultados dos projetos em andamento indicaram que, com os modelos de restauração desenvolvidos, tem sido possível acumular nas áreas reflorestadas 14% a mais de estoque de carbono do que o estimado inicialmente.

Mesmo assim, a arquitetura financeira que sustenta o negócio carrega questões que vão além do desempenho da empresa. A Re.green planeja emitir seus primeiros créditos certificados em 2026, com projetos aguardando certificação da Verra, o maior registro voluntário de carbono do mundo. Britaldo Soares Filho, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, questiona a falta de garantias de longo prazo: o problema, avalia o cientista, é que os créditos são vendidos com antecedência — e, uma vez revendidos, fica a pergunta de quem será responsável pela restauração no horizonte de décadas. A Verra, por sua vez, enfrenta questionamentos crescentes sobre sua credibilidade como certificadora independente. A antecipação da receita via venda de créditos ainda não emitidos é prática comum no setor, mas concentra o risco ecológico em horizontes que nenhum modelo financeiro captura com precisão de quarenta anos.

Do ponto de vista regulatório, o leilão de Bom Futuro se dá em meio a uma transição estrutural. Com a sanção da Lei nº 15.042/2024, o Brasil criou um mercado regulado de carbono por meio do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), trazendo segurança jurídica para a comercialização de créditos e facilitando a integração com mercados internacionais. Entre as prioridades do governo para 2026 está a definição de critérios para o credenciamento de metodologias de créditos de carbono florestal — para garantir que os projetos executados de fato reduziram ou evitaram emissões, evitar fraudes e padronizar como os resultados são medidos. Enquanto essa estrutura regulatória não estiver operacional, os créditos gerados na

Flona de Bom Futuro seguirão sendo comercializados no mercado voluntário — sem teto de preço, sem piso garantido, e com regras de verificação ainda dependentes de organismos privados internacionais.

A concessão contribuirá para que o Brasil atinja o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares até 2030 no âmbito do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Há, no país, 3,4 milhões de hectares em processo de recuperação — quase um terço da meta. O governo estrutura outros 17 projetos de concessão florestal em parceria com o BNDES, sendo sete focados em restauração. O que Bom Futuro inaugura — ou tenta inaugurar — é a hipótese de que o Estado brasileiro pode ser o garantidor jurídico de uma nova classe de ativos ambientais, sem precisar financiar diretamente a restauração. A União detém a terra, o privado assume o risco de produção e de mercado, e o clima supostamente recebe a floresta de volta.



Floresta em miniatura: a restauração ecológica começa na muda — e leva décadas para reconstituir a complexidade funcional de um ecossistema tropical - Foto: Ilustrativa/Freepik

O problema é que floresta não é ativo. É processo. Demora décadas para que um ecossistema restaurado reconstitua sua complexidade funcional, suas interações entre espécies, suas cadeias tróficas e sua resiliência a perturbações climáticas crescentes. Nenhum contrato de quarenta anos captura isso inteiramente. O que o leilão da B3 fez, em última análise, foi dar um preço à esperança de que a conta vai fechar — ecológica, financeira e politicamente. O Serviço Florestal Brasileiro reconhece que precisará aprender com este primeiro processo para aperfeiçoar os próximos editais. Talvez seja essa a única certeza que o martelo produziu.

Fontes: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Serviço Florestal Brasileiro; BNDES; CNN Brasil; Poder360; Mongabay; Pesquisa para Inovação/FAPESP; NBS Brazil Alliance; Lei nº 15.042/2024 (SBCE); Earthshot Prize 2025.
